

# André Gorz e seus críticos

Josué Pereira da Silva; Iram Jácome Rodrigues (Orgs.)  
São Paulo, Annablume, 2006.

SÁVIO CAVALCANTI\*

As teses de André Gorz suscitaram, e ainda suscitam, muitas polêmicas e debates. Ainda que abarque várias temáticas na atualidade, não há como dissociar o centro de sua obra aos questionamentos que o autor faz ao marxismo e à categoria trabalho, cujo ponto maior de inflexão é visto com o conhecido *Adeus ao proletariado*. Direta ou indiretamente, as rupturas e/ou continuidades teóricas dos livros de Gorz são os principais pontos tratados nesta publicação organizada por Josué Silva e Iram J. Rodrigues.

A publicação reúne uma série de artigos sobre a vasta obra do autor austríaco radicado na França desde fins da década de 1940, além de conter dois textos do próprio Gorz. A primeira parte do livro é formada por esses dois escritos (“Ação armada – Onde? Quando? Por quê? – uma crítica” e “A crise e o êxodo da sociedade salarial”) – produ-

zidos em contextos distintos, o primeiro de 1970 e o segundo, na verdade uma entrevista, concedida em 2005. A segunda parte traz sete artigos que buscam problematizar as principais discussões teóricas que perpassam as diversas fases da produção intelectual de Gorz. As incursões de José B. Queiroz, Henrique Amorim, Ariovaldo Santos, Ricardo Antunes e Eleutério Prado mostram-se nitidamente mais críticas à obra do autor em questão, alguns enfatizando, em maior medida, as insuficiências de seus fundamentos teóricos, enquanto outros se dedicam a mostrar alguns limites de sua análise do capitalismo contemporâneo e de suas propostas políticas. Os artigos de Josué Silva e Silvio Camargo, mais próximos à problemática de Gorz, buscam precisar suas categorias de análise, principalmente o sentido que o autor denota ao “trabalho”, a forma como essa categoria se vincula a cada

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL e Doutorando em Sociologia pela Unicamp.

contexto histórico e a importância, além de algumas dificuldades, de suas propostas de ordem prática. A terceira parte do livro reúne artigos de José E. da Veiga e Iram J. Rodrigues, os quais, ainda que não incidindo diretamente nas obras de Gorz, apresentam discussões próximas às temáticas do autor, como a relação entre desenvolvimento e ecologia e as transformações das formas de trabalho e do movimento sindical.

Haja vista a impossibilidade, neste espaço, de uma discussão mais detalhada da miríade de temas e questões levantada por essa rica coletânea, me parece importante ressaltar um debate teórico, o qual perpassa os artigos de todos os comentaristas e que está na raiz da trajetória intelectual de Gorz, qual seja, a sua visão acerca das forças produtivas e das relações de produção capitalistas e, de modo mais específico, como essas são articuladas no entendimento que se faz do capitalismo contemporâneo. Pensar as continuidades e/ou rupturas da obra de Gorz exige, necessariamente, nos remeter a essa questão.

Para tanto, o caminho que tomo não é o mesmo dos organizadores do livro. Para esses, como explicam na introdução, é possível se falar em uma ruptura das formulações de Gorz 'pré' e 'pós' meados da década de 1970, momento em que o autor teria abandonado as estratégias políticas que se baseavam sobre o trabalho assalariado moderno e, em especial, no poder emancipatório do proletariado. J. Silva mostra que essa mudança se deve a dois

fatores principais. O primeiro seria a "revolução microeletrônica", que teria aberto as portas para a abolição do trabalho. O segundo diz respeito ao caráter ineliminável da divisão do trabalho contemporânea, na medida em que sua estrutura impessoal e sua hierarquia não são somente produzidas pelo capitalismo, mas pela complexidade da organização social hodierna. Ou seja, a racionalidade que criou este conceito de trabalho o torna réplica do capital, sinônimo de heteronomia.

Contudo, neste livro, os organizadores se colocam uma nova questão, isto é, se é possível buscar continuidades entre esses dois períodos, relacionando as políticas sociais propostas por Gorz nos dias de hoje com sua defesa do que chamou de "reformas revolucionárias" na década de 1970.

A resposta parece positiva aos organizadores. Alegam, nesse sentido, que em ambas as fases encontra-se um poder emancipatório em sua teoria, em que pese a modificação da plataforma social da ação política. Se antes ela estava concentrada nos estratos mais qualificados do operariado, essas estratégias políticas situam-se, agora, fora da esfera do trabalho. As "reformas revolucionárias" do século XXI seriam a redução do tempo de trabalho, a quebra do vínculo entre cidadania (ou renda) e acesso ao emprego e a valorização das atividades autônomas opostas à remuneração mercantil.

A teoria de Gorz parece realmente comportar continuidades. Mas acredito, retomando, em parte, alguns apon-

tamentos dos demais autores, mais diretamente os de H. Amorim, que elas residem em outra dimensão, ou seja, há a permanência, em sua obra, do primado do desenvolvimento das forças produtivas com eixo central para explicação da estrutura social, o que rebaixa o estatuto teórico das relações de produção e, conseqüentemente, da luta de classes. Ocorre que essa continuidade, a princípio, parece ser negada em seus escritos na década de 1980, cujo objetivo foi o de justamente fazer a crítica ao marxismo e ao movimento socialista que projetavam na elevação da técnica e no desenvolvimento das forças produtivas a base material da socialização comunista. E, mais interessante e contraditória ainda, é a citação visivelmente positiva que faz, no texto já mencionado de 1970, da obra de C. Bettelheim, um dos principais críticos do economicismo.

Nesta ocasião, assim escreve Gorz:

“Com efeito, não é mais possível sustentar que o próprio desenvolvimento capitalista produzirá a base material sobre a qual a sociedade [comunista] poderá ser edificada (...) Ao contrário, o postulado segundo o qual as forças produtivas determinam as relações de produção, e acabam por entrar em contradição com essas, aparece sempre menos fundamentado: à luz dos recentes desenvolvimentos, parece antes que as forças produtivas são condicionadas pelas relações de pro-

dução [citando, como referência, *Cálculo econômico e formas de propriedade*, de C. Bettelheim]”.

E completa que qualquer tentativa de transformar essas relações deve também modificar “a própria natureza das forças produtivas” (p. 38).

E como explicar que dez anos depois tenha Gorz colocado a situação de forma tão diferenciada, como, por exemplo, em *Adeus ao proletariado*, cujo subtítulo, sintomático, é “para além do socialismo”? Diz o autor no prefácio de 1980: “nas sociedades industrialmente desenvolvidas, o socialismo está historicamente ultrapassado (...) é o que está para além do socialismo, ou seja, o comunismo, tal como originariamente definido, que corresponde à tarefa política atual”. Assim, as teses presentes em *Adeus ao proletariado* e *Metamorfoses do trabalho* só aparentemente abandonam o primado das forças produtivas como “motor” da história, para usarmos a expressão de Bettelheim. Por mais que tentasse uma inversão, Gorz não abandonou uma dimensão da problemática economicista, o que o fez idealizar situações atualmente não corroboradas pelo progresso técnico.

Ora, o uso complacente de estudos de Bettelheim indica que Gorz tende a acompanhar uma interpretação diversa do marxismo. O que o leva, então, a desconsiderar ou menosprezar essa outra visão na análise que opera do capitalismo contemporâneo? É mais, que razões o levam a afirmar que, agora, a

heteronomia e a divisão técnica do trabalho não são mais produtos do capitalismo, como afirmava, mas de sociedades complexas e, assim, inelimináveis (argumento que, vale lembrar, também era usado por Hayek na sua crítica à planificação da economia)?

É evidente que Gorz apresenta vários fatores, mas parece residir aí mesmo sua volta ao economicismo. Gorz fornece respostas diferentes para a mesma pergunta, ou seja, se antes as forças produtivas engendravam a revolução, agora essas a impede. Todo um projeto político é alterado em sua forma, mas não em sua essência. Não é à toa, como mostra Amorim, que será essa uma tendência de *O Imaterial*, obra mais recente, em que atribui ao conjunto de trabalhos imateriais, pela preponderância do “capital conhecimento”, uma resistência política capaz de propiciar a transição a uma economia “comunista do saber”.

Por outro lado, não há como desconsiderar equívocos conjunturais de análise, que evidentemente não estão descolados de suas posições teóricas de fundo. As intervenções de E. Prado, R. Antunes e A. Santos indicam acertadamente vários desses elementos. Num desenvolvimento mundial cada vez mais desigual e combinado, como absolutizar tendências verificadas nos centros do ca-

pitalismo? As agudas tensões verificadas nos ambientes de trabalho, a renovação de técnicas tayloristas e as especificidades do toyotismo recolocam mais ainda as lutas econômicas e políticas relacionadas ao trabalho, ao contrário de minorá-las. Se o trabalho vivo é supérfluo, por que se mostra tão difícil a redução da jornada de trabalho? As medidas recentes de aumento da jornada, mesmo nos países centrais, são provas dessa dificuldade. Para Gorz, o problema estaria na manutenção artificial da racionalidade econômica, já que há uma superação material do “paradigma do trabalho”. Ora, como coloca J. Queiroz, a racionalidade econômica, “antes de ser artificial, mantida por manipulação ideológica, expressava, isto sim, que a sociedade dependia, como um todo, de modo imprescindível do tempo de trabalho” (p. 88).

Não obstante os importantes aspectos progressistas que apresentam, teorias como a de Gorz, na medida em que colocam os problemas atuais *exclusivamente* como simples conflitos na esfera da apropriação e circulação, em detrimento da esfera produtiva, mistificam, mesmo que não intencionalmente, o cerne da exploração e dominação capitalistas, qual seja, a divisão técnica e social do trabalho em meio ao processo de valorização. Sobre (e contra) essa, dentro de uma ótica socialista, há muito ainda que se pensar e lutar politicamente.

CAVALCANTI, Sávio. Resenha de: SILVA, Josué Pereira da; RODRIGUES, Iram Jácome (orgs.). André Gorz e seus críticos. São Paulo: Annablume, 2006. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.25, 2007, p.141-144.

***Palavras-chave:*** André Gorz; Trabalho; Socialismo.